

Esta última ótica prevalece em termos internos, assumindo implicações na perceção de segurança e nas ligações com o seu novo conceito, que se identifica com uma também nova visão holística, que integra as ameaças à vida e ao bem-estar humano (pobreza, exclusão social, poluição, epidemias) (CORREIA, 2010).

Na actual sociedade de risco os contingentes populacionais e as suas dinâmicas, pautadas pela desigualdade em ritmo e características resultantes de ecossistemas distintos, representam um pano de fundo incontornável. Reconhece-se que as assimetrias demográficas, sociais e económicas potenciam ameaças e riscos, nomeadamente os gerados por fluxos migratórios não controlados, crime organizado, tráfico de seres humanos, terrorismo.

No contexto internacional a Europa vive uma situação única. Embora possua alguns dos melhores indicadores de desenvolvimento humano, em mais de dois terços das sub-regiões do velho continente o número de óbitos suplanta ou está prestes a suplantar o de nascimentos, como efeito combinado de níveis de fecundidade baixos e do aumento da duração média de vida. Só os saldos migratórios internacionais têm permitido minorar os efeitos desse processo, porque a Europa continua a ser o principal destino das migrações internacionais. Resta saber por quanto mais tempo (WEF, 2012).

Portugal. (In)certezas de futuro - Sabemos qual será, onde estará e quais as características da população residente em Portugal hoje e nas próximas décadas, mas desconhecemos o modo como as alterações esperadas poderão representar uma mais-valia ou um constrangimento para a segurança nacional. O conhecimento e monitorização das dinâmicas populacionais devem ser entendidos como instrumentos de apoio à decisão política e estratégica, o que pressupõe uma informação partilhada e em rede e um esforço de articulação entre decisões de tempo presente e curto e a adoção de medidas preventivas inscritas num tempo mais longo, que permitam reduzir alguns dos riscos inerentes à mudança.

A questão não pode deixar de ser entendida numa ótica alargada e Portugal não pode deixar de ser visto como um ator de segurança no contexto dos deveres e direitos que lhe advêm dos espaços e alianças estratégicas a que pertence. Será útil discutir as vulnerabilidades e vantagens que decorrem dos “palcos” da sua atuação no Espaço Euro-Atlântico, Estados limítrofes e Mediterrâneo Ocidental, Espaço CPLP, comunidades de emigrantes portugueses e países de origem de comunidades de imigrantes em Portugal, não esquecendo a diversidade dos cenários demográficos previstos para cada um (RODRIGUES, 2012b).

Mas se hoje os limites entre as esferas de atuação são fluidos e permeáveis, a relação entre Demografia e Segurança toma especial acuidade quanto aos reptos resultantes da diversidade regional interna que continuará a caracterizar a realidade portuguesa. Esta realidade coexiste com algumas fragilidades, de que se destaca: 1) a dificuldade de controlo do espaço marítimo e aéreo, dada a sua dimensão, que poderá ser acrescida com a extensão da Plataforma Continental; 2) a distribuição assimétrica da população (em 2012, 50% reside nas Áreas Metropolitanas e 65% junto ao litoral); 3) o envelhecimento sustentado, duplo e acentuado das estruturas etárias, devido à redução do número de jovens e à subida do número de idosos; 4) o aumento da idade média dos residentes, incluindo dos grupos ativos, com impacto em termos de mercado de trabalho e sustentabilidade dos subsistemas sociais; 5) o acentuar da dependência migratória num contexto económico pouco favorável.

Vetores de interesse. Migrações e envelhecimento – As características etárias da população residente e as migrações são em nosso entender os dois vetores privilegiados na relação entre demografia e segurança.

Portugal registou nas últimas décadas mudanças sociais e demográficas assinaláveis, num cenário de crescimento populacional moderado. Contribuiu para tanto a) o declínio sustentado da fecundidade; b) ciclos de vida progressivamente longos e estáveis; c) carácter oscilatório dos fluxos migratórios e d) acentuar das assimetrias de distribuição populacional, privilegiando zonas urbanas maioritariamente situadas no litoral e acentuando o peso das Áreas Metropolitanas. No início do século XXI avolumaram-se as desigualdades económicas e sociais, verificando-se uma coincidência quase perfeita entre regiões mais envelhecidas do país e piores níveis de qualidade de vida.

Hoje os saldos naturais são nulos ou negativos em grande parte do país, 5% da população residente é estrangeira, existem poucas crianças e muitos idosos. Mas o total de residentes no país vai começar a regredir. Até 2050 prevê-se o aumento dos idosos por todo o país e descidas nos grupos em idade ativa e jovem entre 4 e 17 pontos percentuais. Assim, embora inevitável, a intensidade do processo de duplo envelhecimento depende dos fluxos migratórios, favorecendo as zonas urbanas do litoral centro e sul e a Norte o Grande Porto e concelhos circundantes (RODRIGUES, MOREIRA, 2011, HENRIQUES, RODRIGUES, 2010).

Portugal. Novas realidades demográficas, desafios e oportunidades



FONTE: RODRIGUES, 2012b:213

A População Portuguesa (2010-2050) Principais Indicadores. Cenários Prospetivos Médios

Indicador	2010-2015	2015-2020	2020-2025	2025-2030	2030-2035	2035-2040	2040-2045	2045-2050
Crescimento anual médio (%)	0.05	-0.15	-0.28	-0.32	-0.36	-0.42	-0.51	-0.61
Saldo Natural (N - O)	-1,9	-2,9	-3,8	-4,1	-4,6	-5,2	-6,1	-7,1
Saldo Migratório (I - E)	1.9	1.4	0.9	1.0	1.0	1.0	1.0	1.1
Número Filhos p/ Mulher	1.31	1.30	1.36	1.43	1.51	1.58	1.64	1.69
Esperança de Vida à Nascimento (HM)	79.8	80.4	80.9	81.4	81.9	82.4	82.9	83.4

FONTE: NAÇÕES UNIDAS, 2011. Elaboração própria.

A realidade nacional enfrenta os desafios de uma **sociedade demograficamente envelhecida**, pela redução da percentagem de jovens e pelo aumento da

percentagem de idosos. O total de efetivos com 65 e mais anos é desde 1999 superior ao dos menores de 15 e a diferença ascende hoje a 200 milhares (INE,2011). Não existem sinais de recuperação passíveis de alterar o envelhecimento da base da pirâmide etária, uma vez que os níveis de fecundidade continuam muito baixos. Nos próximos anos a discrepância entre os grandes grupos etários extremos tenderá a acentuar-se e os exercícios prospetivos consideram-na irreversível. A nossa sociedade envelhecida teima em não ser para velhos, as medidas de incentivo à fecundidade continuam avulsas e a idade média da população ativa sobe consecutivamente.

Na última década acentuou-se a **dependência face aos saldos migratórios**, que explicam 91% do crescimento da população, estimado em 182 milhares. Em 2010 residiam em Portugal 451742 imigrantes legais, juntando-se a um número dificilmente estimável em situação irregular (65 a 100 mil). Fixados sobretudo no litoral e em centros urbanos, estes indivíduos, maioritariamente homens, são em média 4 anos mais jovens que os nacionais, possuem baixas qualificações e desempenham trabalhos pouco qualificados por conta de outrem, mesmo que nem sempre compatíveis com a sua qualificação. As migrações são a variável micro demográfica mais sensível a mudanças conjunturais de ordem económica, social e política, o que as torna a faceta mais imprevisível dos comportamentos humanos, pelo que os fluxos de entrada e as comunidades existentes e futuras criam desafios, riscos e oportunidades regionalmente distintos. (RODRIGUES, 2012a; RODRIGUES, 2010).

Realidades demográficas. Situação atual e respostas possíveis

FENÓMENOS IDENTIFICADOS	OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO
Volumes de população	Promover o aumento da população residente	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Políticas de família dignificantes e sustentadas ✓ Promover a solidariedade entre gerações ✓ Políticas públicas direcionadas e programação de equipamentos e infraestruturas ajustados às características (etárias, de consumo, de saúde, de educação) dos utentes ✓ Gestão adequada das entradas de trabalhadores estrangeiros, monitorizando os perfis em função das necessidades de desenvolvimento interno
Distribuição da população	Redesenhar a geografia do envelhecimento regional, crescimento urbano e «metropolitização»	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Compreender as causas da litoralização e do crescimento urbano numa ótica holística ✓ Mitigar as consequências indesejáveis (despovoamento, redução da capacidade de consumo, desinvestimento económico e social) ✓ Esbater as assimetrias regionais conhecidas em termos de padrões de bem-estar e qualidade de vida ✓ Garantir uma relação sustentável entre população, equipamentos e recursos ✓ Esbater as desigualdades inter e intraconcelhias de bem-estar coletivo, com especial enfoque nas ZUS (Zonas Urbanas Sensíveis)

<p>Estrutura da população: aumento da idade média; redução dos efetivos jovens e adultos; aumento dos idosos</p>	<p>Aliviar a pressão económica e financeira, gerir e adaptar os recursos humanos em função de uma nova sociedade com novas necessidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Assumir a inevitabilidade da redução da população em idade ativa e o aumento da sua idade média ✓ Atuar preventivamente na esfera económica, de proteção social e outras ✓ Gerir os impactos desse processo gradual e irreversível numa ótica de curto e médio prazo, procurando evitar o aumento do risco de pobreza e exclusão (ex. alterar as políticas de reforma) ✓ Procurar soluções para o <i>stress</i> de financiamento dos subsistemas, uma vez identificados os riscos inerentes ao aumento da pressão fiscal sobre os grupos ativos, recorrendo a trabalhadores estrangeiros ✓ Evitar casos de tensão social causados por assimetrias de rendimento médio e acesso a determinados bens ✓ Incentivar a criação de forças económicas de desenvolvimento endógeno local ✓ Gerir de forma estratégica as mais-valias de uma política coerente de imigração economicamente ativa
<p>Migrações</p>	<p>Gerir os fluxos de entradas e fomentar a estabilidade das comunidades estrangeiras: uma sociedade plural e <i>superidentidade social</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar uma boa gestão dos contingentes e perfis de estrangeiros legais (trabalhadores ou não) ✓ Melhorar o controlo dos fluxos de entrada ✓ Monitorizar os casos de cidadãos em situação irregular e sobretudo ilegal. ✓ Fortalecer a cooperação entre países de origem, trânsito e acolhimento ✓ Intervir preventivamente no sentido de aumentar o conhecimento e contacto entre todos os residentes no território (coesão e participação: cultura de cidadania) ✓ Impedir a criação de guetos e a marginalização de segmentos da população: coesão social ✓ Atuar ao nível das perceções das populações e desse modo prevenir a radicalização e a xenofobia ✓ Contribuir para a garantia de condições de sustentabilidade dos imigrantes (desde logo através da autonomia financeira e acesso a sistemas básicos consagrados na Constituição).

FONTE: RODRIGUES, 2012b

Muitos dos reptos da sociedade portuguesa terão no **envelhecimento demográfico** o seu pano de fundo estruturante, designadamente nos setores da atividade económica, mercado de trabalho e universo de contribuintes, o que exige novas respostas em termos de políticas públicas subsetoriais. O envelhecimento das estruturas etárias tem efeitos nos modelos de fecundidade, reafirmando a

urgência de medidas adequadas de apoio à família. Mas tem ainda outras consequências imediatas, ao provocar a alteração dos totais de ativos, a necessidade de criação de serviços de apoio à terceira idade, a reformulação do sistema de pensões e o repensar dos cuidados de saúde, direcionados para uma sociedade onde as famílias têm menor dimensão e maior instabilidade e as redes comunitárias tradicionais deixaram de garantir um suporte na doença e no isolamento dos idosos, sobretudo em contexto urbano.

A evolução vai obrigar a novas políticas de saúde, de infra-estruturas educativas e de apoio social. Problemas de pobreza, desigualdade, exclusão e isolamento acentuam a necessidade de reflexão sustentável e integrada da programação e planeamento dos equipamentos públicos, designadamente: a) pela melhoria dos níveis de cobertura, equidade, acessibilidade, eficácia e eficiência dos sistemas educativos e de saúde; b) maximização da utilização dos existentes, num contexto de escassez de recursos; c) necessidade de diagnosticar a situação atual e identificar problemas; e d) definir uma estratégia demográfica, de modo a efetuar uma intervenção articulada e proactiva que permita inverter certas tendências de despovoamento. O envelhecimento demográfico exige mudanças de paradigma (RODRIGUES, MOREIRA, 2011, NAZARETH, 2009).

Por seu turno, as **migrações** constituem uma variável incontornável no desenho da sociedade portuguesa, a nível estritamente demográfico e também quando associadas a questões económicas, identitárias, políticas e de segurança. Em estudo anterior (RODRIGUES, 2010) apresentamos uma matriz SWOT sobre esta matéria e nela identificamos como forças inerentes ao fator migratório o seu contributo efectivo para o aumento dos ativos e da produtividade e o enriquecimento sociocultural. A descida das qualificações médias do conjunto da população ativa e algumas tensões de integração eram as principais fraquezas. Como oportunidades destacava-se o aumento do total de residentes, os ganhos económicos e de desenvolvimento científico. Os imigrantes incrementam a produtividade e o consumo. Aliás, só 1% dos portugueses vêem a imigração como um problema e Portugal figura em 2º lugar no *ranking* de países com melhores práticas de integração. Existem no entanto riscos inerentes à maior variedade dos perfis de origem, idade, educação, etnia e religião que tendem a assumir na atualidade, pelo que o indelével enriquecimento sociocultural que resulta da sua existência terá de ser gerido, de forma a evitar tensões sociais, sobretudo no contexto de manutenção ou agravamento dos níveis de bem-estar da população residente e de relativo desalento face ao futuro.

Ainda assim parece-nos urgente (i) a adoção de medidas que garantam segurança real e percebida a todos, sustentadas em políticas de integração, de cidadania, de proximidade, de combate a novas formas de criminalidade; (ii) uma aposta continuada na segurança transnacional, suportada em acordos de cooperação de âmbito externo, com especial atenção às questões relacionadas com imigração ilegal, tráfico de seres humanos e armas, criminalidade organizada transnacional e terrorismo. Tal propósito implica um esforço de articulação entre medidas de tempo presente (curto), onde se incluem decisões como as quotas de entrada, o combate a redes criminosas, entre outras; e de medidas preventivas de tempo médio, encaradas como redutoras de risco. Destas últimas, mais que das primeiras, depende o futuro. A nível da segurança, as migrações são um desafio e não um problema.

O link entre demografia e segurança sugere um processo contínuo de ajustamento, porque nenhuma das duas se baseia em realidades estáticas. O futuro implica o redesenhar da sociedade portuguesa, garantindo a gestão sustentável entre comunidades residentes mais envelhecidas, complexas e distintas, fluxos migratórios, necessidades em termos de desenvolvimento económico a escalas local, nacional e global e direitos e garantias. O novo conceito de segurança humana, assente na dignidade do indivíduo, implica uma preocupação com o nosso

espaço e com o espaço geográfico que nos rodeia. A segurança resulta sobretudo de atitudes e comportamentos proativos e preventivos.

O alargamento do escopo do conceito de Segurança a partir de meados do século XX registou uma profunda mudança no modo como a segurança Estatal e a segurança dos indivíduos e comunidades devem ser interligadas para uma resposta eficaz perante as novas ameaças transnacionais. Um dos conceitos que materializa esta abordagem é o de Segurança Humana, cujo consenso narrativo e paradigmático permite apenas convergir para a legitimação do indivíduo como referente securitário superior ao Estado. “*Demography matters*”, mas há que evitar a securitização da questão demográfica.

BIBLIOGRAFIA

- CORREIA, Pedro de Pezarat (2010). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, V.I, Coimbra: Almedina
- HENRIQUES, F.; RODRIGUES, T. (2010). “Essay on Ageing and Health projections in Portugal”, *EUROSTAT, WORK SESSION ON DEMOGRAPHIC PROJECTIONS*, Luxemburgo: Comissão Europeia, 51-68. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-RA10-009/EN/KS-RA10-009-EN.PDF
- INE (2011). *Censos - Resultados preliminares – 2011*, Lisboa: INE. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=122073978&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554
- NAZARETH, J. M. (2009). *Crescer e Envelhecer. Constrangimentos e Oportunidades do Envelhecimento Demográfico*. Lisboa: Presença.
- RODRIGUES, T., (2010). *Dinâmicas migratórias e Riscos de Segurança em Portugal*, IDN Cadernos nº2, Lisboa: IDN.
- RODRIGUES, T. (2012a). “*The new face of immigration*”. Per Concordiam, Journal of European Security and Defense Issues, vol.3, Issue 2, Garmisch-Partenkirchen: George C. Marshall Center.
- RODRIGUES, T. (2012b) “O futuro (in)certo das dinâmicas demográficas em Portugal” *Portugal, Contributos para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, IDN, Atena nº28, pp.205-230
- RODRIGUES, T., MOREIRA, Mª J. Guardado (2011). “Portugal e a União Europeia: mudanças sociais e dinâmicas demográficas”, *Espanha e Portugal na União Europeia. Os caminhos da Convergência*, Porto: Tribuna da História, 29-48.
- SCIUBBA, Jennifer Dabbs (2011), *The Future Faces of War. Population and National Security*, Oxford: PRAEGER.
- WEINER, Myron, RUISSELL, Sharon Stanton (ed.) (2001). *Demography and National Security*, Nova Iorque –Oxford: Berghan Books
- WORLD ECONOMIC FORUM (2012). *Global Risks 2012. A Global Risk Network Report*, 17ªed., Genebra. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-risks2012/>